

EMENDA SUBSTITUTIVA N.º
AO PROJETO DE LEI N.º 3.267/2019
(Do Sr. Deputado Mauro Lopes)

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 148. Os exames de habilitação, exceto os de direção veicular, serão aplicados por entidades públicas ou privadas autorizadas pelo órgão executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, admitidas mediante procedimento que garanta a ampla competitividade e em quantitativo que resguarde a adequação do serviço.”

JUSTIFICATIVA

Cuida-se, em apertada síntese, de emenda modificativa ao projeto de lei de iniciativa do Presidente da República, que derroga a Lei 9.503 de 23 de setembro de 1997, também denominado Código de Trânsito Brasileiro. A emenda proposta visa reorganizar o texto da lei e adequá-lo aos anseios sociais de diminuição da morbimortalidade no trânsito.

Uma das principais reclamações da sociedade é do tamanho do Estado e das suas atribuições quase que infindáveis. Assim, ao prever a

possibilidade e até mesmo a recomendação para que os órgãos executivos de trânsito deleguem esse serviço público a particulares é uma forma de assegurar que os órgãos e entidades públicas executem diretamente apenas aqueles serviços concebidos como essenciais e não delegáveis.

No sistema de trânsito, indiscutível a essencialidade das avaliações para aferir a condição do candidato para assumir a condução de veículo. Todavia, acaso o órgão executivo tenha que fazê-lo diretamente, isso implicaria em aumento da demanda de trabalho e, conseqüentemente, dos servidores empenhados, desviando-os para ações mais típicas do estado.

Dessa forma, esse emenda visa garantir que os órgãos e entes públicos deleguem a particulares os serviços possíveis. Estando presentes os requisitos formais e materiais que permitem a apresentação da presente emenda, pugna-se pelo seu regular processamento.

Sala das comissões, 25 de setembro de 2019.

MAURO LOPES

Deputado Federal

Gabinete 844